"FOI UMA REVOLUÇÃO": CONDIÇÕES DE VIDA E CONFLITOS AGRÁRIOS EM MIGUEL ALVES, PIAUÍ (1984-2013)[1]

Marcelo Aleff de Oliveira Vieira[2]

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar as relações sociais estabelecidas entre trabalhadores rurais e proprietários de fazendas em Miguel Alves, Piauí, entre 1984 e 2013. Neste período o município foi palco de intensas disputas e tensões no campo. De um modo geral, abordamos as condições de vida e trabalho neste cenário, no qual os não proprietários poderiam ter acesso a uma parcela de terra em troca do pagamento de renda e cumprimento de obrigações aos fazendeiros. Destacamos as estratégias de sobrevivência, formas de exploração, controle e dominação, igualmente, as resistências possíveis. Dialogamos principalmente com os conceitos de *experiência* e *paternalismo* de E. P. Thompson (1998); *micro-resistência* e *discurso oculto* de James C. Scott (2002)/(2013). A metodologia da História Oral é importante na pesquisa, pois através da realização de entrevistas de história de vida, com roteiros semiestruturados, foi possível ter acesso às memórias e problematizar as experiências dos antigos moradores das fazendas. Da mesma forma, fazemos uso de fontes hemerográficas, fontes oficiais, livros e outras publicações.

Palavras–chave: terra, trabalho, resistências.

[1]Este artigo é parte de nossa pesquisa de mestrado: *Luta pela terra, migrações e trabalho escravo (Miguel Alves/Piauí, 1980-2019);* a qual agradecemos o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

[2]Universidade Federal do Ceará.

Abstract:

The present work aims to analyze the social relations established between rural workers and farm owners in Miguel Alves, Piauí, between 1984 and 2013. During this period, the city was the scene of intense disputes and tensions in the countryside. In general, we address living and working conditions in this scenario, in which non-owners could have access to a parcel of land in return for paying rent and fulfilling obligations to farmers. We highlight survival strategies, forms of exploitation, control and domination, as well as possible resistance. We dialogue mainly with the concepts of experience and paternalism of E. P. Thompson (1998); micro-resistance and hidden discourse by James C. Scott (2002) / (2013). The methodology of Oral History is important in the research, because through the realization of life history interviews, with semi-structured scripts, it was possible to have access to the memories and to problematize the experiences of the former residents of the farms. Likewise, we make use of hemerographic sources, official sources, books and other publications.

Keywords: land, work, resistances

1. Introdução

Nosso intento nas páginas a seguir é discutir as condições de vida e a multiplicidade de conflitos travados no campo em Miguel Alves, Piauí. O município, situado na região Meio Norte do estado, localizado a 110 km da capital Teresina, durante o contexto problematizado foi cenário de lutas dos despossuídos pelo acesso à terra e a outros direitos.

Em um primeiro momento buscamos entender o modo como se davam as relações entre proprietários rurais e os trabalhadores pobres, estes na condição de moradores, através da problematização de um livro de memórias e poesias de uma escritora, membro da elite rural local. No segundo momento, analisamos as experiências dos trabalhadores para explorar a complexidade da relação com os patrões, bem como as resistências sutis. Por fim, discorremos sobre o cenário de conflitos abertos e de violência no campo.

2. A relações sociais na perspectiva das elites rurais

Diante da reflexão a respeito do modo em que se dava o tratamento entre proprietários rurais e moradores das fazendas, Maria Francisca Azevedo[3] traz algumas contribuições. Em seu livro *O Casarão do Olho d'água dos Azevedos* descreve do seguinte modo as relações sociais na fazenda de sua família:

> Os vaqueiros eram tratados como pessoas da família. Ainda hoje mantém-se o respeito com que meus avós acostumaram os moradores da fazenda. A responsabilidade dos patrões por eles, na doença e morte, continua como no tempo antigo e eles cumprem o dever de trabalhar para o patrão quando solicitados e dentro de suas circunstâncias, paga sua diária pelo preço atual; de bater as estradas e limpar o olho-d'água uma vez por ano, vender a safra para os patrões pelo preço corrente não podendo retirar seus produtos para vender a outros proprietários. Vovô Antônio faleceu cedo, deixando todos estes costumes que a família continua, sem nenhum preceito de violação porque todos são muito unidos. (AZEVEDO, 1986, p. 21)

A passagem retrata a especificidade histórica das novas relações sociais delineadas no meio rural piauiense com o declínio do extrativismo vegetal e da pecuária extensiva, após os anos de 1950. Quando a lavoura, até então de importância secundária, se torna a principal atividade econômica do campo constituindo "a marca mais importante da transformação da vida rural piauiense" (DOMINGOS NETO, 1987, p 53).

Importante ressaltar que nesse contexto o latifúndio pecuarista, ou voltado para a exploração extrativista, cedeu espaço para a ampliação de pequenas unidades de exploração, cuja produção girava em torno do cultivo do arroz, feijão, milho e mandioca. Este foi o período no qual ampliou-se extraordinariamente o número de moradores, pequenos proprietários, arrendatários e parceiros. Onde

[3]Nasceu em 1951, na Fazenda Olho d'Água, onde passou a infância e adolescência. Atuou como professora do ensino básico, funcionária da Secretaria do Serviço Social do Comércio (SESC) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), foi membro do Instituto Genealógico e Heráldico do Piauí, além de membro da União dos Escritores do Brasil – seção Piauí. E, no ano de 1992 publicou Casarão do Olho d'água dos Azevedos pela Companhia Editora do Piauí (COMEPI). Livro que deu início em 1986. (AZEVEDO, 1992, p.04)

"as famílias não proprietárias que formavam roças para o cultivo de culturas temporárias eram obrigadas a pagar renda e a prestar alguns serviços ao proprietário" (ROCHA, 2015, p. 30).

Diante das representações presentes na citação chama-nos a atenção o realce dado ao protagonismo dos justos proprietários rurais, muito habilidosos em promover o consenso entre seus interesses e os de seus subordinados. Como se tivesse prevalecido a existência de um relacionamento entre grupos sociais envolvido em "calor humano, numa relação mutuamente consentida: o pai tem consciência dos deveres e responsabilidades para com o filho, o filho é submisso ou complacente na sua posição filial." (THOMPSOM, 2002, p. 30)

A autora descreve a predominância de relações brandas, caracterizadas pela bondade e responsabilidade patronal diante da total submissão, obediência e respeito por parte dos moradores. Entretanto, é possível compreender que as relações se deram daquela maneira?

3. Discurso oculto e resistências sutis dos moradores

A visão apontada no livro *O Casarão* defende um cenário de consenso e esconde antagonismos, diferindo do que apresenta outras fontes analisadas. Diante disso, o relato de José Osmar[4] é relevante. Quando questionado sobre suas lembranças relacionadas as condições de vida na época em que vivia, juntamente com sua família, sob a condição de moradia na então fazenda Tapuio, nos contou que:

> As pessoas não podia tapar uma casa de taipa porque transparecia que o proprietário ficava com medo de ter a terra tomada em função de ter uma casa pra ele, já era melhorada. E a rivalidade da conquista que nós conseguimos pela luta da terra, foi, ela nasceu, da união das pessoas em insistir em morar numa casa que pra ele era melhor, tapadinha de taipa, as paredes cheias, as portas, as portinha de talo ou de madeira, não podia retirar madeira em ponto algum. Se comprava um produto lá em Miguel Alves era quase que fiscalizado pra saber o que era que as pessoas con-

[4] Trabalhador rural de 46 anos, antigo morador, pai de 5 filhos, ex-presidente da associação dos moradores do assentamento rural P. A Fazenda Tapuio, criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no ano de 1991.

> sumia. Era uma subordinação que as pessoas ficavam chamado no cabresto". (JOSÉ OSMAR, 2018)

No fragmento citado podemos visualizar as condições de vida dos antigos moradores. Os pagamentos pelo uso da terra, a retirada de madeira, e os retoques nas simplórias moradias configuravam-se em desrespeito à autoridade do proprietário. A proibição do feitio de moradias se constituía em um modo de impedir a abertura de qualquer brecha para que os camponeses pudessem reivindicar a propriedade da terra. O patrão estreitava a vigilância, monitorando inclusive o consumo dos trabalhadores no intuito de manter vigorosa a dominação diante de seus subalternos.

Mais clareza à respeito das condições indignas de vida, com parcas possibilidades de sobrevivência e de realçada exploração, descritas pelo nosso entrevistado pode ser obtida no diálogo com a pesquisa de Manoel Domingos Neto. Em seu estudo o autor nos apresenta, a partir de entrevistas realizadas com lavradores de várias localidades piauienses, uma listagem de cláusulas contratuais verbais (nunca escritas) predominantes entre proprietários e moradores:

> a) Se não chove regularmente e a roça não frutifica, o lavrador naturalmente não leva nada e perde tudo. Suor, saúde e semente. O proprietário nada perde, pois nada investiu, mas não deixa de ganhar: fica com o pasto representado pela roça fracassada.
>
> b) Se chove no tempo certo e a roça frutifica o proprietário e lavrador levam. O primeiro sem ter feito roça, ou ter empregado recursos, pode querer ver seus ganhos ampliados, exigindo uma pronta liberação do pasto. O segundo sem meios para colher rapidamente, pode ver o gado do proprietário engordando com o que não foi apanhado. E ainda assim ter sua parte mais reduzida.
>
> c) Se o terreno arrendado é entregue arado e cercado, o proprietário pode exigir como forma de pagamento o plantio de capim. O capim cresce, "imprensa o legume", diminuindo substancialmente a produtividade da roça. O lavrador ver o ganhos reduzidos enquanto o proprietário tem uma boa forragem garantida.
>
> d) Se as pragas ameaçam a roça, ao lavrador compete a iniciativa e os gastos para combate-la. Geralmente nunca dispõem dos meios para tal. Dispondo ou não, seu ganho fica necessariamente

> reduzido. Pode perder muito ou pouco. Independente disto, o pasto fica assegurado.
>
> e) se o proprietário não arrenda a terra, preferindo pagar diaristas ou contratar empreiteiras com recursos do crédito bancário, os trabalhadores tem emprego durante semanas ou meses, recebendo aquém do necessário para o sustendo da família. Findo o trabalho, não detém nada. O proprietário fica com a roça e as benfeitorias. Se a roça não vingou, tem a "anistia" ou a renegociação dos financiamentos bancários que obteve. Invariavelmente preserva o pasto e fica sem qualquer responsabilidade para com a mão-de-obra. (DOMINGOS NETO, 1987, p. 78-79)

Nas cláusulas é evidente como os proprietários procuravam obter o máximo de proveito possível diante do trabalho dos moradores. Em contraposição ao exposto, é importante refletir que nem todos os entrevistados deixam bem especificados os descontentamentos vivenciados naquele contexto. A exemplo de Dona Maria Duvalina[5], recordando de suas experiências quando viveu sob a condição de moradora de uma fazenda da região, ao falar do antigo proprietário, Duvalina narrou que:

> **Maria Duvalina**: Eu mesmo ele me ajudou muito, a criar meus filhos. Tive 14 filhos. Pra mim ele era bom.
>
> **Marcelo**: Ele lhe ajudou como?
>
> **Maria Duvalina**: Assim, eu tive muito precisando de uma coisa ele me ajudava. Tudo era difícil e quando a gente vivia um aperreio ele ajudava. Ele gostava muito de mim. O meu pai foi vaqueiro dele muitos anos, meu pai. Papai largou de trabalhar pra ele porque ficou ruim da vista e não pode trabalhar mais com negócio de vaqueiro, aí eu fiquei morando no terreno dele, aí ele me ajudava muito. Às vezes a gente tava num aperreio, tinha vez que ele me dava roupas, tivesse um doente ele pegava e levava pro médico, dava o remédio, não precisava pagar, pra mim ele

[5]Antiga moradora da região,54 anos, atualmente vive no assentamento São Luís, (localizado ao Norte do município) lavradora, quebradeira de coco babaçu, esposa e mãe de trabalhadores migrantes temporários.

> não era ruim não. Os outros se reclamava dele. (MARIA DUVALINA, 2018)

Neste trecho da entrevista o patrão é caracterizado como uma figura caridosa sempre presente e disposto a ajudar os moradores da fazenda em todas as circunstâncias, fazendo doações, como roupas, e prestando assistência em momentos de doença. Um sujeito gentil e prestativo que nos remete a representação idílica traçada por Maria Francisca Azevedo. Mas a questão que vem à tona seria por que razões Dona Maria Duvalina apresenta esta visão de bondade patronal?

De certo modo, acreditamos que as origens deste comportamento sejam encontradas na postura de prudência adotada pela trabalhadora ao falar do modo vida na condição de moradora. É possível que a entrevistada tenha prezado pela cautela em apontar abertamente reclamações ao antigo patrão. Devido a situação de estar na presença de um pesquisador, até então desconhecido, que empunhava um gravador para registrar o diálogo.

Quanto à isso nos fundamentos nos apontamentos do historiador italiano Alessandro Portelli. Partindo de sua extensa experiência no trato de fontes orais, o autor esclarece que o processo da realização de entrevistas dar-se num cenário de desigualdade e disputa entre pesquisador e entrevistado. Esse encontro geralmente esbarra nas diferenças existentes entres sujeitos de planos sociais diferentes, causando estranhamento. O que pode definir a adoção de certos comportamentos contidos dos indivíduos entrevistados. Diante de tais circunstâncias seria de suma importância a tentativa do estabelecimento de igualdade entre os sujeitos para a fluência de um diálogo aberto. Neste sentido, acrescenta-se que:

> Uma entrevista é uma troca entre dois sujeitos: literalmente uma visão mútua. Uma parte realmente não pode ver a outra ao menos que a outra possa vê-lo ou vê-la em troca. Os dois sujeitos, interatuando, não podem agir juntos a menos a menos que alguma espécie de mutualidade seja estabelecida. O pesquisador de campo, entretanto, tem um objetivo amparado em igualdade, como condição para uma comunicação menos distorcida e um conjunto de informações menos tendenciosas. (PORTELLI, 1997, p.09)

Diante de nossa presença Duvalina, munida de desconfiança, termina por reproduzir um discurso público correlato à deferência ao bondoso patrão. Dis-

curso comum entre aqueles que viveram sob o julgo da condição de moradia. Quando analisamos a história de vida de outros sujeitos o relato da bondade patronal se manifesta. A trajetória de Aurélio Andrade[6], nos serve de exemplo. Ao recordar das condições de vida nos tempos de infância e juventude descreve o dono da propriedade em que viveu com sua família como agregados, da qual foram expulsos nos anos de 1990, do seguinte modo:

> O povo tudo era amigo dele lá, do Budica. O Budica era gente boa demais, ela não, ele era assim: enrolado pra pagar a gente, o povo, mas ele era amigão assim, todo mundo tava bebendo cachaça junto, aquele frejo todo, todo mundo gostava dele, ele era enrolado mas era um cara legal, o povo todo trabalhava muito pra ele tomando cachaça, tinha uma turma aqui no Genipapeiro, eu era muito rapaz nesse tempo, ele botava uma roça grande, tratava todinha sem pagar nenhum centavo, só quando ia somar o cara tava devendo era mais do que ... bebendo pinga toda noite e trabalhando e ele não tava nem ai quando ia somar o peão tava era devendo mais ainda. Ele era um cara do meio do povo, não tinha isso não. (AURÉLIO ANDRADE; 2019)

O trecho é bastante oportuno por demostrar as formas de exploração, controle social e complexidades no que faz menção às formas em que se davam as relações entre fazendeiros e moradores. Nitidamente sublinha-se a mitigação dos pagamentos e o trabalho por dívida figuravam como formas dos donos de terras se aproveitarem dos trabalhadores pobres. O estabelecimento de proximidade através de supostos laços de amizade, tratam-se de gestos teatralizados adotados cujo interesse estava muito mais voltado para o controle social. E claro, apesar disso, nas memórias de Aurélio a imagem do antigo patrão não é essencialmente a de quem roubava seu tempo e força de trabalho, mas a de uma figura carismática e acima de tudo afável.

[6]O lavrador, 57 anos, casado e morador do assentamento P. A. Bonfim/Jenipapeiro (criado pelo INCRA em 1998) é pai de oito filhos. Narrou que migrou diversas vezes para trabalhar em estados da Região Amazônica. Iniciou suas viagens na década de 1980. Sendo no ano de 1986 reduzido à condição de escravo em uma fazenda no estado do Pará, de onde fugiu escondido em um caminhão na companhia de outros cinco trabalhadores. Suas experiências enquanto migrante (inclusive enquanto esteve escravizado e sua fuga) são retratadas em músicas e videoclipes que produziu.

Entretanto, perante este fator, devemos entender que a gratidão e ocultação de queixas faziam parte de um conjunto de práticas tomadas que garantiam relativa margem segurança ao trabalhador. Naquele contexto de exploração e subordinação, marcado por constantes ameaças de expulsão das terras, tais maneiras de agir se faziam imprescindíveis para a sobrevivência. Quanto a isso fazemos um paralelo com Eduard P. Thompsom que estuda o comportamento dos pobres ingleses no século XVIII e explica como "a deferência era frequentemente desprovida de qualquer ilusão; a partir de baixo poderia ser vista como auto preservação necessária" (THOMPSOM, 1998, p.78).

A deferência ainda nos remete ao intento de dominação por parte dos patrões. Afinal, a obediência igualmente personificava o pagamento de tributos simbólicos exigidos pelos proprietários rurais. A este respeito, o cientista político e antropólogo norte-americano James Scott em sua obra *A Dominação e a Arte da Resistência* traz contribuições formidáveis quando esclarece que:

> As práticas materiais de dominação pessoal estão quase sempre intimamente associadas a um processo de apropriação. As elites dominantes reclamam tributos materiais sob a forma de trabalho, cereais, dinheiro e serviços além de reclamarem tributos simbólicos sob a forma de manifestação de respeito, códigos de conduta, atitudes, fórmulas verbais e manifestações de humildade. (SCOTT,2013, p.259)

Mas ao promoverem nas falas uma espécie de defesa e exaltação da bondade dos proprietários das fazendas estariam os entrevistados totalmente em posição complacente? Acreditamos que não, pois é necessário levar em conta que o "subordinado vive num vai e vem constante, por assim dizer, entre dois mundos: o do grupo dominante e o mundo fora de cena dos subordinados". (SCOTT, 2013, p. 263).

Partindo destas premissas é permitido vislumbrar como em outros momentos das entrevistas os trabalhadores deixam emergir algumas queixas, muito embora apresentadas de maneira tácita. Em vista disso, retomemos a entrevista de Maria Duvalina.

> **Maria Duvalina**: Não posso nem dizer que ele era ruim pra mim. Agora o coco é assim, no velho era a assim, no velho ninguém vendia coco fora não. Agora, depois que o compadre Neto tomou

> de conta, ai o velho não, não, ai vendia onde queria. Mas antes no tempo do velho pai dele ninguém vendia não.
>
> **Marcelo**: Como é que ele fazia pra...
>
> **Maria Duvalina**: Vendia na quitanda dele, tinha tudo pra vender na quitanda dele. E se vendesse fora, ai era ruim, ele botava pra fora, botava pra fora.
>
> **Marcelo**: Ele colocava pessoas pra fiscalizar?
>
> **Maria Duvalina**: Não, mas na quitanda ele sabia quantos trabalhadores tinha. Ele passava o dia na quitanda e ... todo mundo vivia do coco né? E aquele que não vendia coco naquele dia ele perguntava o que tava fazendo, se não tava quebrando coco o que era que tavam fazendo. (MARIA DUVALINA, 2018)

Duvalina se refere ao extrativismo da amêndoa do babaçu (atividade importante para a sobrevivência das famílias de trabalhadores rurais da região) e das restrições que o antigo proprietário impunham aos moradores, por volta das décadas de 1970 e 1980. Sob as ameaças de expulsão das terra a comercialização em outros locais fora da propriedade era proibida. Salta aos olhos a maneira como o proprietário seguinte, apesar de não manter as mesmas restrições que seu pai estabelecia, aproveita-se de laços de compadrio para manter proximidade, supervisão e controle diante dos trabalhadores.

Sem deixar aflorar em sua narrativa contestações diretas a entrevistada aponta para as restrições com relação a comercialização do coco babaçu como aspectos que arranhavam a figura do patrão benevolente. Na realidade, entendemos que diante do comportamento ambíguo da narradora emerge um discurso oculto. Ou seja, uma consciência antagônica em oposição aos proprietários de terras. Consciência dialeticamente alimentada e fundamentadora de práticas discretas de resistência. No que concerne a este aspecto seria imprescindível esclarecer como o:

> discurso oculto não é um mero rol de queixumes e imprecações sussurrados fora de cena; é também a concretização de um sem número de estratagemas pragmáticos e discretos destinados a minimizar a apropriação material. (SCOTT, 2013, p. 259)

No discurso de Maria Duvalina apresenta-se a exposição de uma visão discordante às imposições do patrão. Visão que a lavradora coerentemente deveria manter secretada com pessoas de seu grupo social, sem manifestá-la publicamente. Aquela concepção dava propulsão para tomada de ações discretas contra a autoridade dos proprietários das terras. Concatenado a isso, é possível localizar pequenos atos de resistência na seguinte passagem da fala de Aurélio Andrade:

> **Aurélio**: Ele comprava o dele e comprava o de quem levava (risos). Ele era comprador daqui do outro lado porque ele era legal com o povo e o povo gostava muito dele aqui. Ai ele aproveitava e levava pra ele. Era escondido né? Só que o dono sabia né? Ele falava era muito, só que o dono nunca pegou ninguém vendendo e ele não podia dizer nada. Só que ele dizia mesmo, que sabia que o Budica comprava os cocos dele mas nunca viu.
>
> **Marcelo**: O Lacerda?
>
> **Aurélio** : O Lacerda, dizia ele que sabia que ele comprava só que ele nunca pegou, e o povo não ia vender pra ele, ele não podia fazer nada, ele dizia mesmo, quando vinha sempre ele dizia "O Budica ta roubando, comprando meus cocos tudinho escondido que eu sei", mas ai ele não fazia confusão não só falava isso. (AURÉLIO ANDRADE; 2019)

No trecho o narrador faz menção aos moradores da fazenda Saco Barro, de José de Deus Lacerda, que vendiam clandestinamente coco babaçu. A venda era feita para o proprietário da fazenda vizinha, Budica. Este desempenhava com êxito o papel de benévolo no intuito de fomentar seu prestígio diante dos trabalhadores que habitavam além de seus domínios. O que lhe rendia, além de tudo, vantagens na compra do produtos oriundos de outras propriedades.

Estas silenciosas práticas de resistência, tomadas em pequena escala na esfera do cotidiano, permitiam aos moradores contestarem o poder dos fazendeiros de forma indireta. Por outro lado, em sentido análogo, a repressão a tais ações, por natureza complicados de serem comprovados e punidos, também se dava de modo indireto. Pois, através da disseminação de rumores envolvendo ameaças de violência física, expulsão da propriedade e prisões, enxergamos como as elites rurais tentavam coibir as afrontas suscitando insegurança aos subordinados.

4. Conflitos abertos

As resistências veladas perpetradas pelos moradores evidenciam que as relações sociais no campo não se deram de modo brando e amistoso. Além destas manifestações prosaicas de antagonismo localizamos diversas outras fontes sobre resistências abertas entre moradores e proprietários pela posse da terra. Tensões comumente motivadas pelo despejo dos lavradores ou imposição de restrições, que comprometiam o plantio. Conforme dados divulgados em jornal local:

> Os municípios onde existem os maiores números de conflitos agrários são: Esperantina, Madeiro, Miguel Alves, União, Assunção do Piauí, Buriti dos Lopes e Barras. Os conflitos surgem, segundo Gregório Borges, coordenador geral da CPT, quando ocorrem despejos de famílias de uma determinada área ou em caso de proibição de plantio com os trabalhadores. (MEIO NORTE, 21 DE DEZEMBRO DE 2007, p. 05)

A Comissão Pastoral da Terra também nos fornece informações importantes. Como nos *Cadernos de Conflitos no Campo Brasil*, publicações anuais que circulam desde 1985, e que nos apresentam indícios das luta dos trabalhadores rurais. Analisando os cadernos produzidos entre 1990 e 2007 identificamos diversos registos de conflitos agrários em Miguel Alves.

Esta ampliação da luta pela terra deu-se por todo o país e se relaciona as transformações que efervesceram os debates na arena política sobre as questões agrárias nos final da década de 1980. A constituição de 1988 ampliou a cidadania ao homem do campo ratificando os debates para a concretização da Reforma Agrária. O governo Sarney criou o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e o Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), com o objetivo de assentar aproximadamente um milhão e meio de famílias. Entretanto, apenas setenta mil famílias foram assentadas. Isto devido a consolidação da União Democrática Ruralista (UDR) que reuniu forte representação parlamentar, recursos financeiros e apoio da classe industrial para conseguir estancar o projeto de Reforma Agrária. Desse modo, ocasionando descontentamentos e fomentando a explosão de violência no campo. (LINHARES, 1999, p.196)

A incidência de contendas abertas que se desencadearam na região de Miguel Alves aparece com mais detalhes e informações em outras fontes hemerográficas que conseguimos localizar. Exemplo disto trata-se do Jornal Lavrador.

Na matéria *Tensão entre posseiros e proprietários,* conseguimos visualizar uma síntese das da situação do embates ocorridos entre proprietários e moradores. Conforme o jornal:

> Cerca de 400 famílias de posseiros que vivem a mais de 80 anos nas localidades: Jenipapeiro, Pajelança, Centro dos Gastões, Mato Seco, Bananal e Bom fim no município de Miguel Alves, estão vivendo uma situação de desespero.
>
> Mesmo sem documentação da terra os senhores José Francisco Siqueira e José de Deus Lacerda Filho, resolveram expulsar os moradores a qualquer custo da terra. Através do contingente policial da cidade e capangas, vem ameaçando, agredindo fisicamente, prendendo trabalhadores, atentando contra a vida à bala e forçando os lavradores a pagarem renda de meia mesmo sabendo que este ano não houve safra.
>
> Sem apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, os posseiros temem pela vida pois vários trabalhadores estão ameaçados de Morte. Esta situação agravou-se no dia 21 de julho com o atentado a bala contra o menor Francisco de França. (JORNAL O LAVRADOR, AGOSTO/SETEMBRO, 1998, P.03)

Pelo discurso, o jornal apresenta como legítima o direito de posse da terra dos lavradores, além de denunciar os desmandos dos latifundiários, causadores de desespero em localidades no sul do município. Destacam-se acentuação das cobranças aos moradores, a violência, e o estabelecimento de alianças entre proprietários rurais e aparato policial local. Além de tudo, são tecidas algumas críticas à ausência de participação dos movimentos sociais ligados às causas dos trabalhadores. Dentre os perseguidos e violentados o caso de Francisco de França ganha relevo. A respeito deste atentado sofrido pelo trabalhador outro jornal tece mais detalhes, além de trazer outros elementos:

> Zé Neto acusa o vereador José Angelo Lacerda (Potó), irmão de José de Deus Lacerda, de ser o autor das ameaças. Ele disse que dentro da propriedade existem cerca de 11 jagunços armados com revólveres e facões, como se estivessem vigiando. A confusão começou no dia 17 do mês passado. Depois que os lavradores revoltados destruíram uma casa de propriedade de José de Deus

> Lacerda Filho, suposto dono da terra, a polícia foi chamada e prendeu Luis Francisco de França, que também foi espancado. Raimundo Valentino de Sousa e Francisco Valentino de Sousa.
>
> Os lavradores destruíram a casa abandonada porque estavam ameaçados de ter a produção de babaçu comprada pelo proprietário sem pagamento. Ele queria também que os lavradores pagassem a renda de tudo que foi produzido". (JORNAL AGORA, 05 AGOSTO DE 1998, p. 09)

Intitulada *Marcados para morrer,* a reportagem se refere aos conflitos sucedidos nas Fazenda Saco Barro, do proprietário José de Deus Lacerda. É possível identificar a ligação existente entre latifundiários e poder político local. Além de tudo, um elemento que tem perpassado nossas fontes orais e se cruzado com as descrições dos jornais: a gênese dos conflitos relacionada à restrição da venda clandestina da amêndoa do babaçu.

Já argumentamos que estas práticas se configuravam em formas de resistências prosaicas dos trabalhadores sob a condição de moradores. A incidência destas ações contribuiu substancialmente para o acontecimento de diversos conflitos abertos. Como se pode ver no Jornal Diário do Povo, especificamente na matéria: *Trabalhadores vão ao INCRA exigir terras,* que retrata a ida de moradores da Fazenda Saco Barro, à sede do INCRA em Teresina exigir pressa no processo de desapropriação e formação de assentamentos rurais. De acordo com a evidência os trabalhadores vivenciaram uma séries de eventos conflituosos, motivados pelos desconsideração do monopólio da venda do coco babaçu, imposto pelo fazendeiro. Conforme o jornal:

> os trabalhadores resolveram vender coco babaçu para comerciantes, o que não é permitido pelo dono da fazenda. José Francisco, um dos herdeiros acusou Manoel dos Anjos Macedo, 25 anos, e que mora a um ano e meio, em Jenipapo, de incentivar os outros posseiros a vender o coco para comerciantes da cidade. No dia 30 de Abril, o fazendeiro acompanhado de quatro capanga se dirigiram a comunidade de Jenipapo para efetivar o despejo do posseiro Manoel. Isso só não ocorreu porque 40 pessoas se reuniram e impediram o capanga de derrubar a casa de Manoel. (DIÁRIO DO POVO, 1998, p.03)

A matéria menciona a ida do proprietário na companhia de capangas para concretizar o despejo. No entanto, um grupo de trabalhadores não permitiu. Isto nos revela a existência de fortes laços de solidariedade e de reciprocidade entre os lavradores. Do mesmo modo é revelador da clara consciência de seus interesses e aliados na luta contra as condições de vida marcadas pela pobreza gerada da exploração de autoritários patrões.

5. Considerações finais

Em retrospecto compreendemos que a representação das relações sociais tecidas por Maria Francisca Azevedo reproduzem a ideologia do bom patrão e do trabalhador subserviente, muito cara aos grandes proprietários rurais. Cujo objetivo, seria manter oculto os intentos de garantir a manutenção de privilégios, camuflar as formas de exploração e promover o controle social diante dos subalternos. Através da reprodução de imagens da realidade, que deixam bem delimitadas as expectativas e possiblidades de atuação dos indivíduos no interior de uma ordem social sem antagonismos de classes.

As diferentes trajetórias de vida dos trabalhadores e trabalhadoras são constituídas de múltiplas vivências. Muitas das ações recordadas são permeadas de ambiguidade. Apesar da complexidade se tratam de preciosos fragmentos do passado que podem nos auxiliar a produzir uma perspectiva mais aproximada do modo em que se deram as relações sociais entre proprietários e antigos moradores.

Através de suas memórias compreendemos como em certos momentos é possível identificar claramente descontentamentos e manifestações de oposição às precárias condições de vida e ao poderio dos patrões. Em outros, a aceitação inquestionável da situação de subordinação aparece como elemento bastante explícito nas narrativas, no entanto, sem representar essencialmente a inexistência de uma consciência de classe e a tomada de decisões motivadas por antagonismos.

As resistências empregadas na esfera do cotidiano gestaram as lutas pela terra e acesso a outros direitos. São muitas a evidencias dos conflitos que se intensificaram e que contribuíram para a formação de 27 assentamentos[7] rurais na região. A esse respeito o trabalhador José Osmar descreve como "revolução"

[7]Entre 1984 e 2013, em Miguel Alves, foram implantados 27 assentamentos rurais, pelo Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), pelo (INCRA) e através do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

aqueles movimentos de contestação. Um momento de ruptura e anunciador de novos tempos. Ou seja, a ruptura com o sistema de restrições e explorações e o anúncio da conquista do direito de acesso à terra sob a condição de assentados.

RECEBIDO em 18 de abril de 2020
APROVADO em 23 de junho de 2020

Referências

Livros e outras publicações:

AZEVEDO, Maria Francisca. **O Casarão do Olho d'Água dos Azevedo**. Teresina, COMEPI, 1992.

CPT**. Conflitos no Campo Brasil**. Goiânia. CPT. Nacional. (1990-2007).

Entrevistas:

AURÉLIO ANDRADE. Entrevista concedida a Marcelo Aleff de Oliveira Vieira em 27.04.2019, no Município de Miguel Alves.

JOSÉ OSMAR Alves. Entrevista concedida a Marcelo Aleff de Oliveira Vieira em 20.05.2018, no Município de Miguel Alves.

MARIA DUVALINA de Sousa Santos. Entrevista concedida a Marcelo Aleff de Oliveira Vieira em 05.05.2018, no Município de Miguel Alves.

Jornais:

CPT. **Conflitos Agrários crescem 20% nos municípios piauienses**. Jornal Meio Norte. Teresina, Piauí, 21 de dezembro de 2007, p.05.

_____. **Marcados para morrer**. Jornal Agora. Teresina, Piauí, 05 de agosto de 1998, p.09

_____. **Tensão entre posseiros e proprietários.** Jornal O lavrador. Teresina, Piauí, Agosto/ Setembro de 1998 p.03.

_____. **Trabalhadores vão ao INCRA exigir terras**. Jornal Diário do Povo. Teresina, Piauí, 16 de junho de 1998, p. 03.

Bibliografia:

DOMINGOS NETO, Manoel; Borges, Geraldo Almeida. **Seca Seculorum, flagelo e mito na economia rural piauiense**. 2 ed. Teresina: CEPRO, 1987.

LINHARES, Maria Yedda e Silva, Francisco Carlos Teixeira. **Terra Prometida: uma história agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PORTELLI, Alessandro. **Forma e significado na História Oral: A pesquisa como um experimento em igualdade**. Projeto História, São Paulo, (14), de fev.1997.

ROCHA, C. C. **A vida da lei a lei da vida: conflitos pela terra, família e trabalho escravo no tempo presente**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

_____. **Memória Migrante. Experiência do trabalho escravo no tempo presente (Barras PI)**. 2010. Dissertação. (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza – CE, 2010.

SCOTT, J. C. **A Dominação e a Arte da Resistencia: discursos ocultos**. Letra Livre, 2013.

_____ **Formas cotidianas de resistência camponesas**. Raízes, v 21, n 01, jan.- jun 2002.

THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.